Tabela 26 - Participantes designados pelas instituições

Tabola 20 Tal tiopanico acoignatos pelas motitaigos	
Instituição	Representantes
SEDAP	Andrío Andrade de Andrade, Geraldo Tavares, Heloísa Figueiredo, Italo Marlone Gomes Sampaio, Ivanize dos Santos, Maria Antonieta Priante, José Ribamar Nogueira, Martha N. G. Pina, Oscar F. Batista, Ozias Guedes de Aquino, Ubiram da Costa e Victor Tiago da Silva Catuxo.
SEDEME	Luan Bandeira Almeida, Maria Helena da C. Padilha, Máyra G. Guimarães e Rafael Teixeira,
SEMAS	Diana da S. Castro,
IDEFLOR-Bio	Cleberson Salomão. Estevam Coqueiro e Laura Dias dos Santos,
EMATER-PARÁ	Raimundo Ribeiro e Valdeídes Marques Lima
ADEPARÁ	Karen Neves e Moacir Barbosa,
SFA/MAPA	Otávio Durans
EMBRAPA	Alysson R. B e Silva, Arystídes Resende Silva, Austrelino S. Filho, Débora Veiga de Aragão, Delman de A. Gonçalves, Jamil Chaar El-Husny e José Aderito Rodrigues Filho.
SOLIDARIEDAD	Leonardo S. Dutra

#### 10. FONTES CONSULTADAS

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. - 2. ed. -- Brasília: ANA, 2021. 130 p.: il. ISBN: 978-65-88101-10-0. Disponível em: https://portal1. snirh.gov.br/ana/apps/storymaps/stories/a874e62f27544c6a986da1702a911c6b

ANUALPEC, 2022. Anuário da Pecuária Brasileira. 29ª Edição. Disponível em: https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/mi/info/0622/anualpec-2022.html

BRASIL, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Resultados do Inventário nacional por unidade federativa de emissões de gases de efeito estufa. Coordenação Geral de Ciência do Clima e Sustentabilidade, 2021a. Disponível em:

https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/arquivos/LIVRORESULTADOINVENTARIO30062021WEB.pdf Acessado em 15/11/2022

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária 2020-2030: Plano Operacional / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação. Brasília: Mapa/DEPROS, 2021b. 133p. ISBN: 978-65-86803-63-1

CEEG, 2022. Desafios e Oportunidades para Redução das Emissões de Metano no Brasil. Outubro de 2002. Disponível em:

https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/Estudo\_Metano/ObsClima\_SEEG2022\_FINAL.pdf Acessado em dezembro de 2022.

Dias Filho, Moacyr Bernardino. Soluções para problemas recorrentes em pastagens no Pará. Brasília, DF. Embrapa, 2017. PDF (27 p.): il. color. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1077891/1/CartilhaSolucoespastagemAINFO.pdf . Acessado em 17 de novembro de 2022. IBGE, 2017. Censo Agropecuário Brasileiro. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/

IBGE, 2021. Produção Agropecuária Brasileira. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/

Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás (Lapig/UFG).2022. Disponível em: https://atlasdaspastagens.ufg.br/map

Nota técnica sobre a incorporação de questões de gênero e diversidade nos Planos Estaduais de Agricultura de Baixo Carbono - ABC+ elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em parceria com o Grupo de Políticas Públicas (GPP/Esalq) Plano ABC Pará 2012 - 2020 (não publicado)

PARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Pesca. Núcleo de Planejamento e Assessoria Técnica. João Ulisses Barata da Silva. Boletim Informativo Valor Bruto de Produção - VBP referente ao ano de 2021. 2a edição 2022. Disponível em: http://www.sedap.pa.gov.br/sites/default/files/Boletim%2001%20-%20VALOR%20BRUTO%20DA%20PRODU%C3%87%C3%83O%20-%20Brasil%20

e%20Estado%20do%20Par%C3%A1%20-%20Janeiro-2022%20%281%29\_1.pdf Acessado em 16 de novembro de 2022.

Rede ILFP Disponível em: https://redeilpf.org.br/

# LEI Nº 11.060, DE 1º DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre a Organização Básica e Fixa o Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA).

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

## TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º O Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará (CBMPA) é instituição permanente, força auxiliar e reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina militares, subordinado ao Governador do Estado, o qual é o seu Comandante Supremo, destina-se a realizar serviços específicos de Bombeiro Militar e de Proteção e Defesa Civil no Estado do Pará, atividade-fim da corporação, visando à preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas, do patrimônio e do meio ambiente, nos termos desta Lei e conforme preceituam os arts. 42 e 144 da Constituição Federal e o art. 200 da Constituição Estadual.

Art. 2º O Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) compõe o Sistema de Segurança Pública do Estado, é vinculado à Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), nos termos da legislação estadual em vigor, atua de forma integrada com os demais órgãos de segurança pública e defesa social do Estado, em parceria com os demais órgãos públicos, privados e a comunidade, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

Parágrafo único. O Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) é órgão da administração direta do Estado com dotação orçamentária própria, dotado de autonomia administrativa e funcional.

## **CAPÍTULO II** DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º São princípios básicos a serem observados pelo Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), além de outros previstos na legislação e em regulamentos, no âmbito de suas atribuições constitucionais e legais:

II - disciplina;

III - proteção, promoção e respeito aos direitos humanos, inclusive os decorrentes de compromissos internacionais assumidos pelo Brasil;

IV - legalidade;

V - impessoalidade;

VI - publicidade, com transparência e prestação de contas;

VII - moralidade;

VIII - eficiência;

IX - efetividade;

X - razoabilidade e proporcionalidade;

XI - universalidade na prestação do serviço; e

XII - participação e interação comunitária.

## **CAPÍTULO** III DA COMPETÊNCIA

Protocolo: 1216324

Art. 4º Compete ao Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), sem prejuízo de outras atribuições estabelecidas em lei:

I - planejar, coordenar e executar atividades de proteção e defesa civil;

II - planejar, coordenar e dirigir as ações de prevenção, extinção de incêndios, de atendimento a emergências, de busca, salvamento e resgate terrestre, aquático e aéreo, de pessoas e bens;

III - exercer as atividades de polícia judiciária militar no âmbito de sua competência;

IV - executar ações de emergência em atendimento pré-hospitalar e socorros de urgência;

V - executar perícias de incêndios e explosões, relacionadas com sua competência;

VI - estabelecer, executar e fiscalizar a prevenção e proteção balneária;

VII - proteger e prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial; VIII - proteger o meio ambiente mediante a realização de atividades de prevenção, combate e extinção de incêndio florestal;

IX - realizar pesquisas técnico-científicas, com vistas à obtenção e ao desenvolvimento de produtos e processos voltados à segurança contra incêndios e emergências:

X - exercer a análise de projetos, realizar vistorias, licenciamento e a fiscalização de edificações, eventos e locais de reunião de público, além de áreas de risco, aplicando as medidas previstas na legislação, inclusive sanções administrativas e medidas acautelatórias, e, privativamente, exercer a segurança contra incêndio e emergências no Estado;

XI - editar atos normativos de prevenção e segurança contra incêndios, catástrofes ou produtos perigosos para resguardar a vida das pessoas e reduzir riscos de danos ao meio ambiente e ao patrimônio;

XII - regulamentar, credenciar e fiscalizar as empresas de fabricação e comercialização de produtos, bem como as escolas formadoras e os profissionais na prestação de serviços relativos à segurança contra incêndio e emergências:

XIII - desenvolver políticas de prevenção de caráter educativo e informativo, relativas à prevenção contra acidentes, à prevenção contra incêndio e emergência, a socorros de urgência e concernentes a ações em caso de sinistros, entre outras, na forma da lei;

XIV - exercer todas as prerrogativas inerentes ao poder de polícia para o cumprimento de suas missões e finalidades;

XV - colaborar na formação, no acompanhamento e na supervisão dos agentes de defesa civil do município para o efetivo emprego operacional no Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA) mediante convênio firmado entre o Município e o Estado;

XVI - supervisionar e coordenar os profissionais e as instituições civis do município que atuarão nas atividades de competência do Corpo de Bombeiros Militar do Pará (CBMPA), nos termos da legislação em vigor; e